

Descolonizando a experiência acadêmica: Potência, Resistência e Criação¹

Maisa Rocha de Carvalho²

Resumo

Este artigo analisa os aspectos positivos da trajetória acadêmica de discentes co-tistas negros da graduação em Psicologia da UFRJ, a saber, os processos de descolonização do conhecimento, assim como os movimentos de aquilombamento universitário, impulsionados a partir do aumento da presença negra na referida instituição. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 23 desses estudantes. A construção teórico-metodológica deste trabalho visibiliza saberes decoloniais, bem como as narrativas dos entrevistados, compondo uma escrevivência como metodologia e política de escrita contra-hegemônica e brasileira. As conclusões indicam que o aumento da presença de estudantes negros na instituição se destaca como fator fundamental para a descolonização das práticas e dos currículos de formação em psicologia.

Palavras-chave

Sistema de cotas; equidade em educação; formação em Psicologia; relações étnico-raciais.

Decolonizing the academic experience: Power, Resistance and Creation

Abstract

This article to analyze the positive points from academic journey of black quotes students of Psychologist Graduation from UFRJ, the decolonization process of knowledge, as the academic aquilombamento movements increased from black presence grown at the referred institution. It was realized semi-structured interviews with 23 students. The theoretical-methodology construction of this work highlights decolonial knowledge, as the interviewed individuals narratives, composing an “escrevivência” as methodology and politics from written counter-hegemonic and brazilian. The conclusions indicate that the increased presence from black students at university campus, has been distinguished as the main factor for the decolonization from practices and Psychologist pre-curricula.

Keywords

Equal education; Psychology education; decolonization; race relations.

Artigo recebido em junho de 2024

Artigo aceito em agosto de 2024





Introdução

Na última década, observamos o aumento de 167% do acesso às instituições de ensino superior federais, por meio das ações afirmativas, em decorrência da implementação da Lei 12.711/12, popularmente conhecida como Lei de Cotas (INEP, 2023). Este acontecimento trouxe para a academia a materialidade do debate acerca das questões referentes à negritude, como o questionamento ao racismo, às desigualdades de classe, à violência que incide sobre a juventude negra, entre outros temas antes debatidos de maneira distanciada nesses espaços. Além destes pontos, a política de cotas estimula que as universidades repensem a sua própria estrutura, por exemplo, para desenvolver medidas de assistência estudantil que acolham satisfatoriamente ao novo grupo de alunas(os)³ que têm ingressado, dado que, entre outras iniciativas, também envolve a reformulação dos currículos de formação em psicologia. De certa forma, a política de ações afirmativas foi responsável por desestruturar e reconfigurar as práticas e formas de construção de conhecimento cristalizadas e pouco plurais mantidas na academia. Como destaca Nilma Lino Gomes:

Tais ações afirmativas tocam, de maneira nuclear, na cultura política e nas relações de poder. Seja para confirmá-las, seja para refutá-las, a universidade passou a dedicar parte do seu tempo a perceber que os jovens negros existem, que grande parcela deles não está presente nos bancos das universidades públicas e que eles lutam pelo direito de entrar nesse lugar e partilhar desse espaço de produção de conhecimento (GOMES, 2017, p. 114).

As(os) jovens negras(os) ingressam nas universidades e trazem consigo novos saberes e culturas, até então, estranhas ao cenário acadêmico. Assim, estabelecem uma outra estética de produção de conhecimento sobre si e o mundo. Acredito que esse movimento disruptivo produza ou, pelo menos, tensione a descolonização da academia, pois estes estudantes têm construído significados alternativos às verdades tidas como absolutas no campo epistemológico. As(os) uni-

versitárias(os) negras e negros, ao entrarem em contato com indivíduos de outros grupos étnicos e/ou sociais, podem se afirmar enquanto sujeitos cognoscentes recusando o lugar de objeto do conhecimento, tão corriqueiro nos estudos de Psicologia Social. Com isso, agenciam ainda a construção de novas formas de aquilombamento e criação coletiva. Trazer a psicologia para esse debate possibilita o resgate de um conhecimento silenciado ao longo de décadas por esse campo de saber, apesar dos índices de disparidade racial no país serem alarmantes. Encontrar cursos de formação em psicologia que contemplem a temática étnico-racial na grade curricular ainda é um desafio nos dias atuais, embora as discussões sobre diversidade e antirracismo estejam em pauta em âmbito mundial.

As reflexões, apresentadas neste artigo, são resultados de uma pesquisa de mestrado realizada com estudantes cotistas negros da graduação em Psicologia da UFRJ. O objetivo central deste trabalho é analisar os aspectos positivos da experiência acadêmica desses discentes a partir de suas percepções acerca do percurso de formação em psicologia. Desta forma, será possível compreender como os movimentos de descolonização do ser e do conhecimento têm sido construídos no campo pesquisado, visando identificar as contribuições desse processo para a consolidação de uma psicologia decolonial.

Percurso Metodológico

Para entender de que forma o processo de descolonização do saber tem se consolidado no cenário investigado, destaco neste estudo análises referentes aos aspectos positivos da experiência acadêmica de discentes cotistas negras e negros da graduação do Instituto de Psicologia da UFRJ. Na etapa de coleta de dados, foram realizadas 23 entrevistas presenciais, algumas individuais e outras em duplas ou trios, com graduandas(os) cursando entre o 2º e o 11º período da formação. O critério para escolha das(os) participantes foi o indivíduo ser estudante cotista negro(o) e com matrícula ativa no curso de





Psicologia da UFRJ. Todas(os) as(os) entrevistadas(os) assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido. Além disso, puderam optar quanto à utilização de nomes reais ou fictícios nas referências de suas respostas. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Para mais, seguiram baseadas em um roteiro composto por questões abertas sobre a experiência de ser estudante cotista negra(o) no Instituto de Psicologia, inspiradas nas provocações decoloniais presentes no livro *Memórias da Plantação*, da psicóloga portuguesa Grada Kilomba (2019). A pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, cujo número do parecer é: 3.059.731.

O percurso teórico-metodológico utilizado defende a construção e legitimação de métodos de pesquisa contra-coloniais. Sendo assim, adoto a escrevivência como metodologia e política de escrita, partindo das indagações, das histórias e dos saberes de cada sujeito entrevistado acerca das vivências em aulas, estágios e supervisões, trazendo para o campo de análise o processo de formação em Psicologia. Entretanto, enquanto pesquisadora e, ao mesmo tempo, estudante negra da referida instituição, não anulo a minha corporeidade do processo de pesquisar. Busco, então, abrir espaço para a composição entre as vivências das(os) estudantes entrevistadas(os) e as memórias impressas no meu corpo acerca desse campo.

Conceição Evaristo (2020) destaca a escrevivência como uma escrita marcada pela condição de mulher negra na sociedade brasileira, sendo tecida na encruzilhada entre as palavras escrever-ver-se ver. Uma prática decolonial que emerge da experiência e considera marcadores como o corpo, os símbolos, a memória social e a oralidade. Escrever é, também, evocar histórias invisibilizadas criando possibilidade de reconstrução e passagem em caminhos, antes, interditados pelas dinâmicas do racismo estrutural. Em toda a produção teórica de Evaristo percebe-se que a escrevivência é, antes de tudo, afirmada na coletividade negra. Seus personagens são apresentados pautados na

valorização dos traços, culturas e experiências individuais que, na verdade, anunciam uma realidade coletiva. Nesse sentido, a autora afirma: “Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha” (EVARISTO, 2020, p. 35).

Atualmente, a escrevivência emerge como uma possibilidade em meio às matrizes conceituais e metodológicas tradicionais no contexto acadêmico. É fundamental pensá-la como um método que possui uma orientação de crítica social, política e epistemológica que insere e ouve as subjetividades negras no processo de pesquisa. Uma forma de enfrentamento do racismo científico e do epistemi-cídio. Não podemos lê-la como um diário pessoal, tampouco como uma proposta autorreferente, individualista ou individualizante, dado que nela marcações como o falar em primeira pessoa se ancoram em uma implicação ética que traz consigo uma corporeidade negra e coletiva. Nesse sentido, Evaristo salienta sobre a inviabilidade de pensarmos a escrevivência enquanto uma escrita narcísica, porquanto, para tal, esta precisaria fazer referência ao mito de Narciso e, em suas palavras, “o espelho de Narciso não reflete o nosso rosto” (2021, s.p). Ela sugere, então, a compreensão da escrevivência a partir dos mitos afrobrasileiros, trazendo à memória as imagens do espelho de Oxum e do espelho de Iemanjá, destacando a importância da oralidade mítica ancestral para o entendimento mais profundo de nossas escritas e aparatos teóricos (EVARISTO, 2020, p. 38).

As epistemologias tradicionais orientam aos pesquisadores o exercício de abrir mão de um suposto conhecimento sobre o campo para, assim, preservar uma também suposta neutralidade no processo de pesquisa e escrita. A escrevivência, por sua vez, nos convida a um mergulho não apenas no campo, mas em nós mesmas, pois rompe com a visão dicotômica ou hierárquica entre pesquisadora e pesquisada, uma vez que para escrever, de acordo



com a proposição inicial (escrever-ver-se ver), o sujeito precisa olhar cuidadosamente o mundo e suas tensões, ao mesmo tempo em que percebe qual posição o seu corpo ocupa no encontro com o outro nos contextos de pesquisa. Sendo assim, não se trata de pesquisar sobre, mas uma forma de apreensão das experiências negras tecidas da margem para o centro.

Ao compor uma escrevivência, cabe à pesquisadora e ao pesquisador observar quais histórias as pessoas contam? O que essas histórias ensinam e denunciam em caráter coletivo e estrutural? De certa forma, a escrevivência contraria os padrões de pesquisa hegemônicos validados na academia. No entanto, as epistemologias e metodologias decoloniais não visam universalizar o conhecimento, ao contrário, defendem a multiplicidade de formas de analisar um fenômeno. Reivindica-se apenas a descolonização do saber, a fim de que haja espaço para a emergência de metodologias que comportem as existências negras, sem que a nossa produção de conhecimento seja propositalmente silenciada. A esse respeito, Kilomba (2019) defende que cada sujeito fala a partir de uma realidade específica, politicamente situada, portanto, não neutra. Sendo assim, o academicismo branco e dominante, que se julga neutro e objetivo, na verdade, parte de um lugar estabelecido como norma. Na posição de mulher, negra e acadêmica a autora localiza a sua produção intelectual a partir “da periferia, não do centro” (KILOMBA, 2019, p. 59). Dessa forma, a escrevivência de pesquisadoras(es) negras e negros legitima as construções de saberes marginais ignorados não apenas pela psicologia, mas pelas demais áreas de conhecimento na esfera das ciências humanas e sociais. Neste estudo, me interessa pensar quais questões a escrevivência provoca, no sentido de analisar tanto a experiência da formação em psicologia para as(os) discentes cotistas negras(os) quanto a própria psicologia enquanto campo de saber.

ONDE EU ESTOU, EU SOU: ocupar para ressignificar

Há décadas, Fanon (1968) nos advertiu que o mundo tal qual conhecemos se fundou a partir da violência colonial. Sabemos que esse fenômeno não se limita à dominação territorial, mas sobretudo à colonização das subjetividades, ou seja, da nossa forma de pensar, sentir, agir e perceber o mundo. Grada Kilomba (2019) afirma a atualidade do colonialismo, tendo em vista que sua incidência é percebida na dinâmica do racismo cotidiano, em que a pessoa negra é invadida pelas “fantasias brancas de subordinação” que atribuem novos significados à história e cultura negra. Diante disso, os corpos negros passam por novos processos simbólicos de colonização do eu e da consciência. Para a autora, a associação do racismo cotidiano com a ação de colonização emerge através da relação de poder e autorização da branquitude sobre os demais grupos étnico-raciais, em uma atitude de não aceitação à perda do colonialismo e ao processo de equidade racial. As situações de racismo atualizam a ordem colonial à medida “que o sujeito negro é colocado novamente como a/o Outra/o” (KILOMBA, 2019, p. 225).

Em sua tese de doutorado *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*, Sueli Carneiro (2005) estabelece a noção de contrato racial, que em conjunto com o fenômeno do epistemicídio regulam o sistema de poder que nomeamos branquitude. Nessa dinâmica, o sujeito negro é sistematicamente subalternizado e excluído do exercício do poder e de afirmação de direitos. E é através dessa tecnologia de controle social que nos acostumamos tanto com o domínio da branquitude nas posições de influência quanto com a ausência da negritude nas mesmas instâncias de poder em nosso tecido social. Por exemplo, ainda hoje, é incontestável o baixo quantitativo de docentes negras e negros nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades brasileiras, em alguns casos constatamos a ausência completa quando colocamos em foco os cursos considerados de maior “prestígio social”.

A naturalização da ausência de pessoas negras em certas posições, a não legitimação da capacidade intelectual destas, ou o processo intencional de invisibilização dos saberes produzidos por intelectuais negras e negros ao longo das últimas décadas, escancaram a atualidade das dinâmicas colonialistas. Nos encontramos, então, diante da necessidade de tensionar movimentos de descolonização do eu, através de práticas que desloquem o sujeito negro do lugar passivo e objetual, assim como o sujeito branco da posição de poder e norma. Para Kilomba, descolonização "refere-se ao desfazer do colonialismo. Politicamente, o termo descreve a conquista da autonomia por parte daquelas/es que foram colonizadas/os e, portanto, envolve a realização da independência e da autonomia" (KILOMBA, 2019, p. 224).

Nesse sentido, a entrada e organização política de estudantes negras(os) no Instituto de Psicologia produz subsídios para a conquista de autonomia, até mesmo na maneira de se relacionar com o saber oferecido neste campo de formação. As(os) estudantes negras(os) passam a questionar a baixa diversidade epistemológica, assim como o racismo velado existente na própria história da psicologia. Com o tempo e à medida que este grupo se reconhece uns nos outros, as ações de resistência e enfrentamento se tornam mais frequentes nas aulas e demais espaços de formação, nos quais falas e atitudes racistas não passam mais em "branco". Ao longo das entrevistas, as/os entrevistadas/os destacaram o quanto essa mudança é recente na história do Instituto, percepção frequentemente corroborada por ex-alunos da instituição que afirmam a inviabilidade de se pensar, há poucos anos atrás, as ações de enfrentamento organizadas hoje.

Eduarda (estudante entrevistada): Vejo que muitas pessoas que se formaram recentemente falando que nunca tiveram aula sobre racismo no IP, sendo que são psicólogos, vão trabalhar com pessoas e a população, em sua maioria, é negra, é parda. Enfim, se é que pardo existe. Isso não era discutido aqui dentro. Agora, a gente tem um Coletivo, uma aula, uma disciplina só pra isso

e essas questões começam a ser reivindicadas, os autores negros começam a aparecer e as aulas sobre racismo começam a aparecer, muito mais para mim do que para uma pessoa que se formou nesse tempo.

A escolha em mapear as potencialidades movimentadas pela presença negra no Instituto de Psicologia da UFRJ não se deu ao acaso, ao contrário, desenhou-se como uma afirmação política que visa relembrar a cada um de nós que a história coletiva, bem como a vivência de pessoas negras não é marcada apenas por sofrimentos. A discussão sobre negritude frequentemente é associada às dificuldades que atravessam a existência da população negra, fato justificável, dado que as consequências da desigualdade racial são reais em nossa estrutura social. No curso das entrevistas, as experiências de sofrimento, adoecimento, os entraves à permanência na universidade, o epistemicídio e os episódios de racismo institucional foram aspectos que se destacaram nas narrativas dos estudantes na maior parte do tempo. Acredito que a ausência de espaços de discussão sobre os problemas anteriormente anunciados possibilitou aos entrevistados encarar esse trabalho como um dispositivo de escuta e visibilização dos afetos e aspectos negativos em seus percursos enquanto discentes cotistas negros. Além disso, observei nestes sujeitos a dificuldade inicial em compartilhar os pontos positivos da vida universitária; algumas vezes, tive a sensação de que essa trajetória era marcada apenas por dor. No entanto, compreendi que, para nós, negras e negros, reconhecer as potencialidades produzidas pela nossa presença individual e coletiva ainda é um movimento difícil. As potências existem, mas muitas vezes são sobrepostas pelas inúmeras vivências dolorosas enfrentadas.

Nesta pesquisa, no entanto, a fim de possibilitar que outras perspectivas emergissem no contexto das entrevistas, inseri no roteiro semiestruturado uma questão que convocava as(os) pesquisadas(os) a refletirem sobre o lugar de enfrentamento e ressignificação das experiências: "Qual a potência em ser estudante cotista negro no Institu-





to de Psicologia?" A partir disso, houve, então, a construção de novos discursos acerca da relação destes com a universidade, dando ênfase não apenas ao sofrimento do percurso, mas sobretudo aos movimentos desestabilizadores e emancipatórios que estes corpos têm produzido no campo acadêmico e em si mesmos.

Em relação ao frequente exercício de transpor percalços, executado pelas pessoas negras, o filósofo Renato Nogueira (2013) desenvolveu o conceito de *drible*, a partir de uma analogia entre a história do negro no futebol brasileiro e do epistemicídio. Para contornar as restrições étnico-raciais impostas, no início do século XX, ao negro no futebol, este inventou um jeito singular de gingar contra o racismo característico ao esporte àquela época. O autor, então, insere a ideia de *drible* no campo filosófico ao criticar a colonialidade do poder que marca as relações em todas as esferas sociais. Dessa forma, o *drible* se constitui como um movimento de resistência, recusa à invisibilidade, assim como criação de novas formas de pensar, sentir e agir. Como Nogueira sinaliza, o *drible* é uma forma inventiva de encontrar e construir caminhos alternativos para a interdição de espaço (NOGUEIRA, 2013). Nos relatos compartilhados pelos cotistas negros foi possível notar que para resistir à lógica hegemônica da branquitude, presente na configuração acadêmica, se fez necessário aprender a gingar e a driblar cotidianamente as barreiras inerentes a esse espaço. Isto posto, o primeiro movimento emancipatório apontado se deu a partir de um processo coletivo de resistência, a saber, o encontro de corpos negros com seus semelhantes. Alguns entrevistados pontuaram que para sobreviver a uma estrutura que a todo tempo tenta os repelir, é necessário não se sentirem sozinhos na luta. O avanço da população negra é afirmado na coletividade. Como a estudante Ana destaca:

Ana H. (estudante entrevistada): A grande potência de estar aqui, ocupar esse espaço é poder contar com as pessoas que a gente encontrou, se não fossem por essas pessoas eu não aguentaria continuar aqui. E também um marco muito grande da minha gra-

duação foi a formação do Coletivo Preto, que tem me fortalecido muito! Então, acho que esses encontros são encontros que nos dão forças... que faz a gente ver pessoas iguais a nós, que passam por situações parecidas e a gente vê que juntos, a gente consegue ser mais forte e ajudar um ao outro.

Além disso, os produtos da presença negra no cenário universitário não são percebidos apenas dentro do contexto acadêmico. Um aspecto compartilhado foi o impacto que a conquista do ingresso na universidade causou nas famílias e comunidades dos pesquisados. Pessoas que sequer conheciam as universidades públicas ou as formas de acessá-las passaram a sonhar em ocupar essas instituições um dia.

Nayara (estudante entrevistada): Enfim, moro no morro e tinha uma menina falando que queria entrar na faculdade e que era muito difícil. Fui e dei uma força, dei material. É isso mesmo. Nossa presença aqui e tentando produzir academicamente já torna possível. A gente está preparando caminho pra quem está vindo aí. Fora disso, da gente falar da gente, produzir academicamente é uma potência.

A esse respeito, dialogando com as reflexões de Nilma Lino Gomes (2017), a corporeidade negra é construída enquanto um território político em que são circunscritos saberes simbólicos, identitários e emancipatórios de caráter coletivo. Os êxitos das pessoas negras produzem ressonâncias circulares para seus semelhantes. Como a autora afirma, “o corpo negro não se separa do sujeito” (GOMES, 2017, p. 94). Aqui, não se pretende negar as individualidades, mas afirmar um processo histórico de resistência e criação que marca a experiência da negritude, compreendendo então que a emancipação desse corpo-território é tecida através das lutas sociais, da positivação da identidade, assim como da possibilidade de recontar e ressignificar uma história silenciada. Com isso, é possível produzir discursos sobre si e saberes disruptivos que desloquem os corpos negros do lugar estereotipado e limitante produzidos pelas narrativas coloniais. Hoje, as(os) universitárias(os) negras e negros erguem a voz para reivindicar por equidade

racial e visibilizar a agenda das questões étnico-raciais, mas o fazem também a partir de uma corporeidade contra-hegemônica que evidencia a urgência da elaboração de novos saberes ético-estético-políticos no contexto acadêmico. A psicologia brasileira, enquanto uma ciência estruturada em matrizes teórico-conceituais europeias e estadunidenses se beneficia ao reconhecer o racismo estrutural velado expresso em suas teorias e práticas, visto que é inviável não reproduzir violências coloniais quando as nossas teorias não consideram a realidade de uma sociedade majoritariamente negra, feminina e periférica. Hoje, as(os) estudantes negras(os), ao ocuparem o lugar de sujeitos produtores de conhecimentos válidos, têm lembrado à psicologia brasileira a urgência de que essa tem de se tornar de fato brasileira.

Aquilombamento: dispositivo ancestral de criação e resistência

As práticas insurgentes empreendidas pela população negra brasileira evidenciam a engenhosidade e a capacidade desse povo em resistir e construir mecanismos de subversão em meio às fissuras deixadas pelo sistema. A estratégia do aquilombamento se destaca como uma tecnologia ancestral praticada por nossos antepassados africanos muito antes da experiência diaspórica, uma vez que a solidariedade, a circularidade e a comunidade são princípios filosóficos africanos. Aquilombar-se é reconhecer o corpo como um dispositivo político. Entre os movimentos emancipatórios promovidos pelas(os) estudantes negras(os) do Instituto de Psicologia da UFRJ, destaca-se uma forma de aquilombamento que denominarei *quilombismo universitário*. Para melhor compreensão dessa organização, considero válido destacar uma breve visão histórica acerca da criação dos quilombos e das práticas quilombistas.

A historiadora Maria Beatriz Nascimento é uma das intelectuais responsáveis pela construção e aprofundamento de estudos não enviesados sobre os quilombos. No texto *O conceito de quilombo e a resistência cultural negra* (2006), a autora busca desconstruir a visão que o

mundo ocidental atribuiu à África, enquanto um continente desorganizado, sem cultura, cuja história se constituiu a partir do olhar do europeu. Em contraste a essa visão, ela destaca os variados movimentos de resistência e organização incorporados à cultura do povo africano. De acordo com análises presentes no texto, quando os colonizadores europeus invadiram os territórios da África centro-ocidental, encontraram ali diferentes sociedades e distintas etnias de grandes guerreiros enfrentando processos de reorganização do Estado. Entretanto, a nova forma de organização não era consensual e chocava-se com determinadas formações tradicionais de sociedade. Entre os povos que se opunham a essas formações encontravam-se os *Imbangalas*. A autora destaca que o povo *Imbangala* era visto com temor pelas demais etnias, por viverem do saque e possuírem comportamento nômade; para ela, essa característica somada às peculiaridades da organização social deste povo “pode ser reconhecida na instituição *Kilombo*” (NASCIMENTO, 2006, p. 119). Na configuração daquela sociedade, *Kilombo* era atribuído de vários significados, como, por exemplo, o sentido de instituição em si; o acolhimento aos sujeitos iniciados à sociedade *Imbangala*; a representação do território; o significado de casa sagrada; ou mesmo, acampamento de escravos fugitivos (NASCIMENTO, 2006).

Beatriz Nascimento (2006) expõe que, no Brasil, o quilombo se tornou instituição no período colonial e imperial. A primeira referência ao termo surgiu em documentos coloniais de 1559, mas as autoridades portuguesas definiram seu significado apenas no ano de 1740, após a destruição do Quilombo dos Palmares. Assim, a historiadora destaca Palmares como um acontecimento singular e de grande expressão na história do país, comparando-o com a instituição pré-diaspórica *Kilombo*. No final do século XIX, o significado de quilombo é redefinido e ganha sentido ideológico de resistência às opressões, esse tom de busca por liberdade ganha força após o fim do período de escravização. Na tentativa de definição da nacionalidade e construção da identidade brasileira o quilombo recebe conotação positiva no campo das



produções intelectuais, nas manifestações culturais, assim como nos movimentos sociais. Neste período, a figura de Zumbi dos Palmares emerge na condição de herói nacional. Então, em 1974, o grupo Palmares do Rio Grande do Sul sugere a data de 20 de novembro, que marca a morte de Zumbi e a destruição do Quilombo dos Palmares como marco nacional da resistência negra, a fim de retirar a centralidade atribuída à data da Abolição da escravidão (NASCIMENTO, 2006).

Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, de atitude à associação, seria quilombo, desde que buscase maior valorização da herança negra (NASCIMENTO, 2006, p. 124).

Uma das obras mais populares de Beatriz Nascimento foi a roteirização e narração do filme *Ôrí* (1989), que apresenta os fluxos do Movimento Negro brasileiro entre 1977 e 1988, tendo como base o conceito de quilombo para explicar o encadeamento histórico entre passado, presente e futuro no processo de resistência e afirmação da memória social da população negra. Na obra, ela destaca o caráter ideológico do termo quilombo que, apesar de não mais existir geograficamente, emerge na atualidade através do sentido de luta comunitária e resistência do povo negro. Na posição de população afrodiaspórica, sequestrada de seu território e alvo do projeto necropolítico de alienação de subjetividade, a nossa herança e o que nos resta é o corpo, como conclui a autora. Ainda no filme, Beatriz Nascimento propõe que o corpo negro é o próprio quilombo, ou seja, um território agente de autonomia que traz consigo uma memória coletiva e identitária.

É importante ver que, hoje, o quilombo traz para a gente não mais o território geográfico, mas o território a nível de uma simbologia. Nós somos homens. Temos direito ao território, à terra. Várias e várias partes da minha história contam que eu tenho direito ao espaço que eu ocupo na nação. E é isso que

Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho direito ao espaço que eu ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação [...] A terra é o meu quilombo, o meu espaço é o meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Onde eu estou, eu sou (GERBER & NASCIMENTO, 1989, s.p.).

Abdias Nascimento também se dedicou aos estudos sobre quilombos. No livro *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista* (1980) o intelectual se refere aos quilombos como resultado dos esforços despendidos por africanos escravizados, a fim de resgatar sua liberdade através da fuga e tentativa de construção de uma outra experiência de sociedade. Portanto, os quilombos, em suas diferentes formas de organização, marcam o movimento insurgente de reconquista do controle da própria história. O autor estabelece, então, o conceito de Quilombismo para se referir aos modos de resistência negra construídos e atualizados a partir da herança africana.

A continuidade dessa consciência de luta político-social se estende por todos os Estados onde existe significativa população de origem africana. O modelo quilombista vem atuando como ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV. Nessa dinâmica quase sempre heroica, o quilombismo está em constante reatualização, atendendo exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico. Circunstância que impôs aos quilombos diferenças em suas formas organizativas. Porém no essencial se igualavam. Foram (e são), nas palavras da historiadora Beatriz Nascimento, <um local onde a liberdade era praticada, onde os laços étnicos e ancestrais eram revigorados> (1979:17). Esta estudiosa mulher negra afirma ter o quilombo exercido <um papel fundamental na consciência histórica dos negros> (1979:18). (NASCIMENTO, 1980, p. 256).

O quilombismo é uma prática deixada como herança por nossos antepassados e cabe a nós responder a esse legado através da luta por



formas de existência e experiência dignas para a população negra em todos os âmbitos. A partir das contribuições dos intelectuais anteriormente mencionados sobre quilombos e quilombismo, é possível identificar novos movimentos de resistência e ressignificação do sentido das experiências sendo produzidos pela juventude negra em variados espaços. Nas comunidades, nas escolas, nos terreiros, nas ruas e também no campo universitário, expressões atuais de aquilombamento vêm sendo construídas e reconstruídas. Hoje, na cena universitária, o quilombismo negro emerge como um dispositivo capaz de produzir abalos e/ou rupturas em referências estéticas, epistemológicas e culturais, até então hegemônicas na academia, trazendo para o campo de debate a urgência da desconstrução de discursos e práticas racistas que culminem em uma construção plural do conhecimento. A possibilidade do agenciamento de descolonização e criação de discursos sobre si, por parte das e dos estudantes entrevistados, foi impulsionada por meio da criação do Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo, agente emancipatório que será apresentado a seguir.

Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo: uma experiência de quilombismo universitário no Instituto de Psicologia da UFRJ

Quando ingressei no Instituto de Psicologia, em 2013, não existia Coletivo Preto, lembro que as discussões sobre classe eram poucas e os debates acerca da temática étnico-racial inexistentes. Viver a experiência de ser negra(o), periférica(o) e não encontrar seus pares ou acolhimento em um campo expressivamente branco pode ser um processo adoecedor e angustiante. No entanto, em 2015, enfrentamos um processo de greve geral na UFRJ, fundamental para trazer à tona as tensões raciais, de classe e gênero existentes na universidade, bem como no Instituto de Psicologia. A greve favoreceu um cenário de lutas emancipatórias, em que pessoas invisibilizadas ergueram a voz e visibilizaram o que talvez a branquitude acadêmica soubesse, mas há muito tempo se recusavam a ouvir. Nós, estudantes, traçamos mobili-

zações por assistência estudantil e direito de permanência na instituição, assim como nos voltamos contra falas, aulas e posicionamentos racistas e elitistas de docentes do Instituto. Contudo, esse percurso era feito de maneira solitária e individualizante e, por vezes, se tornou insustentável para aqueles que estavam à frente dos enfrentamentos. Antes da formação do Coletivo já existia a tentativa de reunir os poucos estudantes negros do Instituto, mas, posteriormente, percebemos que não seria possível compor a luta antirracista naquele lugar sem uma organização ampla.

No entanto, sabemos que os marcos importantes geralmente são impulsionados por uma situação limite e não foi diferente na construção do nosso Coletivo. Na verdade, no decorrer do mês de novembro de 2017, mês da Consciência Negra, uma série de episódios de racismo estrutural se desdobraram no Instituto de Psicologia. O primeiro se deu em uma aula de Ética, quando duas psicólogas negras foram convidadas para discutir psicologia e relações étnico-raciais, introduzindo também algumas reflexões sobre a filosofia presente nos terreiros. Então, uma aluna branca se referiu ao Candomblé, em tom pejorativo, afirmando que esta era uma religião do demônio. Outro caso aconteceu durante uma das aulas de psicologia escolar, quando, em meio a um debate sobre racismo e psicologia, uma estudante branca comentou que não gostava do tom das discussões raciais no Instituto, pois as pessoas negras abordavam a questão de maneira *raivosa e agressiva*.

Muitos outros eventos racistas vieram à tona naquele mês, mas o responsável pela organização do Coletivo Preto foi o fato ocorrido em uma disciplina eletiva. Na ocasião, de acordo com relatos de estudantes negras entrevistadas e presentes na aula, a apresentação de um seminário sobre o livro *Carandiru* gerou desconforto e constrangimento. O grupo responsável pela atividade, na tentativa de montar uma apresentação interativa, construiu uma maquete e distribuiu papéis, onde cada número correspondia a um personagem do livro e, assim, mostrava as áreas do presídio destinadas a cada grupo de





detentos. Em determinado momento da explanação, o grupo mencionou: *“Essa é a porta de entrada [do presídio], cada número de vocês se refere a um personagem, lembrando, claro, que são todos personagens negros (risos – das componentes do grupo)”*. Segundo uma das entrevistadas, o incômodo emergiu em decorrência das estudantes abordarem a questão de maneira estereotipada, pouco crítica e em tom descontraído, como se fosse razoável falar sobre uma realidade social dessa natureza sem construir uma reflexão cuidadosa.

Esse acontecimento materializa a discussão sobre privilégios e vantagens da branquitude, uma vez que o racismo expresso em muitas atitudes desse grupo racial usualmente é justificado por meio de relativizações ou da suposta falta de conhecimento sobre o assunto. Em contrapartida, os afetos e erros das pessoas negras não são acolhidos com a mesma paciência e generosidade. Naquele momento, após muitas discussões, nós, estudantes negras e negros, entendemos a necessidade de nos articularmos enquanto grupo e caminhar *nós por nós*.

Assim, no dia 1 de dezembro de 2017, realizamos a primeira reunião do Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo, construindo, então, nosso espaço seguro. O objetivo do primeiro encontro era organizar uma intervenção na aula mencionada anteriormente, a fim de nos apresentarmos como grupo, destacando que o racismo não seria imperativo e invisibilizado na instituição. Patrícia Hill Collins (1990) apresenta a ideia de espaços seguros como condições fundamentais para que as mulheres negras resistam aos lugares de silenciamento e objetificação. Aqui, faço uso desse conceito para referenciar os espaços seguros que a população negra, como um todo, precisa construir no intuito de resistir, ressignificar e avançar, uma vez que somos os espaços seguros uns dos outros.

É importante destacar também que a escolha do nome do Coletivo se deu com o objetivo de homenagear e visibilizar a importância das contribuições da mulher negra, socióloga e primeira psicanalista não-médica do país Virgínia Leone Bicudo. Isto posto, acredito que o prin-

cipal movimento de potência do Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo seja a desestabilização e emancipação construída em nós mesmos. Juntos, encaramos o processo de autodescoberta e descolonização, que é contínuo e coletivo. Se ressignificamos o não-lugar em lugar, no Instituto de Psicologia, é porque caminhamos juntos; se temos construído movimentos disruptivos é porque percebemos que nossa inteligência e saberes são relevantes e importam. A partir das revoluções produzidas em nós, nos organizamos para produzir revolução a partir de nós, mesmo frente aos obstáculos. Em todas as entrevistas o Coletivo foi destacado como um agente de potência, até por aqueles que não compõem o movimento ativamente. Para as(os) pesquisadas(os), o grupo se estruturou como referência de identificação e acolhimento de estudantes negros, assim, essas pessoas não precisam mais caminhar sozinhas ao longo da formação acadêmica:

Ian (estudante entrevistado): A construção do Coletivo, a luta que a gente teve pra conseguir um espaço na Semana de Psicologia, para falar de uma psicologia voltada a pessoas pretas (...) Eu acho que essas construções nossas, tudo o que a gente vem construindo na faculdade entra como essa potência. E eu vejo isso muito como uma construção em grupo, não é a potência só de um aluno, é a potência de um grupo.

Outra conquista significativa foi a criação da disciplina eletiva "*Estudos decoloniais em psicologia*", autogestionada pelo Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo, voltada para a apresentação de diferentes assuntos e perspectivas dentro do contexto étnico-racial. A eletiva surgiu como uma possibilidade de racializar a formação em Psicologia e, da mesma maneira, sinalizar o descontentamento com a baixa mobilização dos docentes e da instituição para a inclusão da discussão racial nos espaços de ensino e aprendizagem. É fundamental destacar que a criação da ementa, a busca por intelectuais negros que conduzissem as aulas e os demais aspectos de organização da disciplina foi fruto da implicação e proatividade dos estudantes do Coletivo. Os efeitos positivos de



empoderamento e autoestima intelectual propiciado pela criação desse projeto foram expressivamente destacados pelos entrevistados.

Gabriel (estudante entrevistado): Acho que como nós estamos agora mais presentes, a gente começa a conquistar alguns lugares, por exemplo, a criação da eletiva. Eu fiquei muito feliz quando vi que ia ter. Acho que isso contribui de uma maneira extremamente positiva para o IP, a formar psicólogos cada vez mais capacitados para responderem estas demandas sociais (...) espero que tenham disciplinas obrigatórias sobre raça e etnia, não só eletivas.

Além de ajuntamentos de luta e resistência, quilombos são lugares de potência, acolhimento, criação e transmissão de modos emancipatórios de existência. O Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo se afirma como um quilombo universitário à medida que atribui novos significados aos processos e experiências enfrentadas coletivamente por estudantes negras e negros. Sabemos que a descolonização das subjetividades negras é um caminho gradativo em direção à autonomia, percurso esse que não é marcado apenas por dor, mas agencia vida, beleza e, principalmente, a alegria de descobrir quem somos e a possibilidade de escolher o que queremos ser. Assim, o Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo contribui tanto para a descolonização do saber e do currículo de formação em Psicologia da UFRJ quanto para o deslocamento dos lugares atribuídos às pessoas negras no imaginário social. Esse é um potente movimento de subversão às condições postas. Não aceitamos a invisibilidade que a academia tenta nos impor. Não aceitamos que a potência dessa experiência seja abafada pelas inúmeras dificuldades contornadas. Nos permitimos criar, mobilizar e sorrir.

Considerações finais

Este trabalho introduziu a discussão sobre os processos de descolonização do ser e do conhecimento agenciado através do ingresso de estudantes cotistas negras e negros no curso de formação em

Psicologia da UFRJ, mapeando também as potências e movimentos emancipatórios produzidos por essas e esses discentes. Aqui, a centralidade foi mapear os aspectos que compõem as experiências. Entretanto, não com o intuito de contar a história desses sujeitos na academia, mas se atentar para o que essas trajetórias denunciam. No desenrolar das entrevistas, as insistências do campo revelaram a prevalência de alguns temas no cotidiano dos pesquisados, apresentados ao longo deste estudo.

As percepções dos estudantes entrevistados acerca do percurso de graduação em psicologia na UFRJ indicam a necessidade da construção e ampliação de iniciativas que aprofundem o debate sobre relações étnico-raciais, de modo que este não seja um recorte, mas componha a estrutura do projeto ético e curricular da instituição. No entanto, para a efetivação dessa proposição, em primeiro lugar, é necessária a qualificação do corpo docente que, usualmente, explicita em suas práticas a falta de acúmulo teórico para sustentar discussões sobre a temática. Assim, eventos, cursos e formações sobre relações étnico-raciais, direcionadas à comunidade acadêmica, se configuram como medidas importantes para a consolidação da proposta anteriormente apontada.

Além disso, foi possível observar o que denominei neste trabalho como potência. Acredito que as potências aqui mapeadas abram caminhos para a compreensão de que a positivação da experiência acadêmica das pessoas negras precisa ser construída de maneira ativa e permanente. Se estamos na margem, precisamos nos atentar ao que podemos fazer com a nossa visão mais ampla do caminho até o centro. Sabemos que as condições postas na academia tendem a nos projetar para lugares de apagamento; identificamos também a atualidade das práticas racistas no espaço acadêmico. No entanto, é necessário ir além da constatação do problema e utilizar as ferramentas disponíveis para ressignificar a experiência. Talvez esse estudo nos permita afirmar que a psicologia antirracista que buscamos não está dada, mas vem sendo tecida gradualmente.



A política de cotas raciais, adotada nas instituições de ensino superior, além do aquilombamento universitário, favorece a construção de uma nova ordem de produção de conhecimento. As reflexões desdobradas a partir do trabalho de campo realizado mostram que, no âmbito da psicologia, temos como desafio ampliar essas discussões nos espaços de formação, somado ao compromisso de descolonizar o saber-fazer em psicologia, de modo que seja estimulada a atitude pluriversalista e não universalista nas epistemologias, métodos e formas de compreensão dos fenômenos sociais e psicológicos. Frente à frequente ameaça de desmonte das políticas públicas, espero que o presente estudo contribua para reflexões acerca da importância da política de cotas raciais, bem como para a visibilização das potencialidades que ela produz em nível acadêmico, cooperando, então, para o aperfeiçoamento da medida.

Referências

CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento, 1990. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

EVARISTO, Conceição (2020). A escrevivência e seus subtextos. *In*: Duarte, Constância Lima. Nunes, Isabella Rosado (Orgs.) **Escrevivência**: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. Roda Viva Conceição Evaristo. [Entrevista cedida a] Vera Magalhães. **Roda Viva**. Set, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O2bxQJH-Plk> Acesso em: 28 dez. 2023.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ, Editora Civilização Brasileira, 1968

GERBER, Raquel; NASCIMENTO, Beatriz. **Ôrí** [documentário]. Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda. 1989.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro Educador**: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis. Editora Vozes, 2017

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior**. Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades. Disponível em: Acesso em: 29 dez. 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo. Brasil: Cobogó, 2019. 188, 190, 193 p.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**: Documentos de uma militância pan-africana. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, B. M. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006. 117 – 125 p.

NOGUERA, R. O conceito de drible e o drible do conceito: analogias entre a história do negro no futebol e do epistemicídio na filosofia. **Revista Z Cultural** (UFRJ) v. VIII, p 34, 2013. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/o-conceito-de-drible-e-o-drible-do-conceito-analogias-entre-a-historia-do-negro-no-futebol-brasileiro-e-do-epistemicidio-na-filosofia/> Acesso em: 20 dez. 2023.

Notas

- 1 Esse texto apresenta um recorte de resultados da Dissertação de Mestrado “*Do acesso e permanência à resistência: impactos da política afirmativa para negros na formação em Psicologia da UFRJ*”. A pesquisa foi apoiada por subsídio financeiro da CAPES.
- 2 Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é doutoranda e integrante do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Social (LAPPSO) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). ORCID iD <http://orcid.org/0000-0003-4480-672X>. E-mail: maisa.rocha2@gmail.com
- 3 Nesta pesquisa, como política de escrita, evito a utilização do genérico masculino para tratar substantivos e adjetivos, considerando que a psicologia é uma profissão majoritariamente composta por mulheres, assim como seus espaços de formação.

